

DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol21n47.7220>

O papel da TV digital no ensino remoto em tempos de pandemia

The role of digital TV in remote education in times of pandemic

Fernando Moreira de Souza^a

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0780-088X>

Sonia Aguiar^b

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9041-268X>

Submetido em: 15/ 08/2020. Aceito em: 23/09/2020.

Resumo

Este artigo aborda o uso da TV digital como instrumento de educação a distância (EaD) no contexto da pandemia. O trabalho aponta que a missão de interesse público das TVs educativas foi retomada nos planos emergenciais de EaD dos governos, como forma de contornar a falta de acesso à internet por grande parte da população brasileira. Em caráter exploratório, apresenta os projetos de educação desenvolvidos no Amazonas, São Paulo, Distrito Federal e Salvador, com diferentes propostas para o ensino não presencial.

Palavras-chave: TV educativa. Comunicação pública. Exclusão digital.

Abstract

This article addresses the use of digital TV as an instrument of distance education in the context of the pandemic. The work points out that the mission of public interest for educational TVs was resumed in the emergency distance education plans of the governments, as a way of circumventing the lack of access to the internet by a large part of the Brazilian population. In an exploratory character, it presents the education projects developed in Amazonas, São Paulo, Distrito Federal and Salvador, with different proposals for non-classroom teaching

Keywords: Educational TV. Public communication. Digital exclusion.

^a Universidade Federal de Sergipe, Brasil. **E-mail:** fms.3008@gmail.com

^b Universidade Federal de Sergipe, Brasil. **E-mail:** saguiar.ufs@uol.com.br

Introdução

A súbita interrupção das atividades de todos os níveis de ensino, nas redes pública e particular, no primeiro semestre de 2020, em função da pandemia de Covid-19, trouxe vários questionamentos acerca dos rumos da educação, em especial sobre a possibilidade de adoção generalizada da educação a distância, do ensino infantil ao universitário. Na terceira semana de março desse ano, quando alguns estados brasileiros iniciavam as medidas de isolamento social, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) já estimava que aproximadamente 850 milhões de estudantes, ou metade do alunado do mundo, estava fora da escola ou universidade por conta da pandemia (AGÊNCIA EFE, 2020).

No Brasil, a suspensão das aulas presenciais atingiu ainda mais os estudantes das instituições públicas, por conta das limitações estruturais já existentes, somadas aos fatores socioeconômicos que impõem restrições de acesso à educação não presencial. Isso porque o baixo nível de renda de grande parte dos estudantes dificulta tanto a aquisição de dispositivos informáticos adequados (computador, smartphone, tablet etc.), quanto o acesso a redes de banda larga para acompanhar aulas virtuais.

A pesquisa TIC Educação, elaborada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, com dados de 2019, apresenta importantes indicadores sobre o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação em escolas de todo o país. A pesquisa destacou que, entre os estudantes de escolas públicas de áreas urbanas, 39% não possuía computador de mesa, notebook ou tablet. Esse dado contrasta com a disseminação de smartphones no país, utilizado por 86% dos estudantes de escolas públicas como o principal dispositivo de acesso à internet. A pesquisa também aponta que 56% dos estudantes de escolas públicas utilizam o celular para a realização de atividades escolares (CGI, 2020).

Esses dados ajudam a situar alguns dos fatores que impedem a adoção generalizada do ensino remoto com uso da internet por parte das redes públicas de educação básica. Por esse motivo, os estados e municípios brasileiros têm adotado recursos didáticos mistos, envolvendo a produção de material impresso específico; a adoção de plataformas para a educação a distância; e a oferta de videoaulas através da televisão digital, fazendo uso da multiprogramação em canais de emissoras públicas e privadas, já operantes ou criados para tal finalidade.

Diante dessas questões surgidas no contexto da pandemia e da necessidade da oferta de ensino remoto emergencial através de diferentes suportes comunicacionais, esse artigo apresenta uma discussão que relaciona o uso dos meios de comunicação, em especial da radiodifusão, como instrumento de interesse público voltado a contribuir para o atendimento do direito social à educação, portanto um tipo de comunicação pública. Nesse aspecto, seguimos o argumento de Haswani (2013), para quem a função do Estado na comunicação pública é possibilitar a garantia de direitos aos cidadãos.

Para o desenvolvimento do artigo foram adotados como recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Na primeira parte, o trabalho traz uma revisão histórica dos sistemas de Educação a Distância (EaD) adotados no Brasil desde o início do século 20, com ênfase às experiências realizadas no âmbito da radiodifusão. Na segunda parte, discute o caráter de serviço público do sistema de radiodifusão como fundamental para suprir as demandas da EaD, por conta da exclusão digital de parcelas importantes da população. Para isso, retoma as origens da televisão não comercial no país de modo a identificar na função da TV-escola a razão para o surgimento da TV educativa no final dos anos 1960 e o potencial da TV digital e da multiprogramação no atual contexto.

Por fim, apresenta, em caráter exploratório, algumas experiências em educação a distância no contexto da pandemia que incluem a oferta de conteúdo através da televisão, como parte das estratégias para a continuidade das atividades escolares. São relatadas iniciativas dos governos do Amazonas, de São Paulo, do Distrito Federal e da prefeitura de Salvador. Cada um desses projetos traz importantes especificidades que serão discutidas neste artigo, indicando que o caráter inovador nas diferentes modalidades de ensino a distância não se restringe às plataformas de comunicação digital.

Comunicação de interesse público

O contexto da pandemia de Covid-19 ampliou a necessidade de atuação de diversos agentes sociais para o atendimento das demandas da sociedade por informação e comunicação, evidenciando a importância da ação do Estado em favor do interesse público. Em termos ideais, o interesse público fundamenta a atuação dos meios de comunicação social e, especialmente, das instituições públicas. Isso porque, segundo Maria Helena Weber (2011, p. 104): “Toda a construção

argumentativa das democracias está sediada na defesa do *bem público, do interesse geral, do interesse público...*” (grifos da autora). Nesse ponto, é interessante notar que o sentido positivo retomado pela ideia de interesse público é frequentemente utilizado para referendar atitudes e interesses privados, qualificados discursivamente como interesses comuns.

Em Haswani (2013), temos uma compreensão da comunicação pública realizada pelo Estado como um tipo de comunicação proativa, que deve ser respaldada nos princípios constitucionais, sobretudo no dever de publicidade, no sentido de favorecer a garantia de direitos. Desse modo, a autora ressalta que o significado de comunicação pública está associado ao princípio do interesse público. Nesse sentido, pode-se dizer que a comunicação realizada pelo Estado e utilizada como instrumento para atender a necessidade da população por educação contém um evidente componente de interesse público.

Segundo Costa (2006, p.30), a comunicação de interesse público corresponde às ações de agentes públicos, privados ou organizações da sociedade que afetam o espaço público, entendido como o “local da troca de informações e do debate que alimenta a sociedade e a cidadania”, cada vez mais ocupado pela mídia e outras formas de comunicação. Desse modo, o autor ressalta que a comunicação de interesse público não se restringe às ações praticadas por governos e agentes públicos diversos, mas tem como característica fundamental dirigir-se ao atendimento da sociedade e do cidadão. Desse modo, a atuação do Estado precisa ocorrer justamente nos campos em que as lógicas do mercado não se aplicam ou não garantem o acesso a todos os segmentos da sociedade.

Duarte (2012) reforça esse argumento ao afirmar que uma das principais características da comunicação pública é privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo. “Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável” (DUARTE, 2012, p.61). É por essa perspectiva que compreendemos o papel da comunicação pública e do uso da televisão para fins educativos.

O percurso multiplataforma da EaD no Brasil

O olhar sobre a trajetória do ensino totalmente a distância e semipresencial no Brasil – em diferentes épocas e por diversos meios e metodologias – nos mostra que não é possível pensar essa

modalidade educativa como mera “transposição” de aulas presenciais para um outro “ambiente” comunicacional e de aprendizagem. Em cada fase ou experimento de sistematização de conteúdos em meios impressos, rádio, TV, computador, e de modos de transmiti-los (correios, ondas sonoras, micro-ondas, satélite, internet), foram necessárias diferentes formas de adaptação, tanto por parte dos interagentes (professores e alunos), quanto das instituições promotoras dessa modalidade educativa.

Aliás, na maior parte da sua linha do tempo no país, a educação a distância não foi ofertada pelos sistemas de ensino institucionalizados – ou seja, escolas e universidades – e sim por outras entidades da sociedade, incluindo empresas de serviços técnicos, sistemas associativos e assistencialistas (como Sesc e Senac), fundações privadas (da Roquette-Pinto à Roberto Marinho), igrejas, movimentos sociais, meios de comunicação, entre outros (SARAIVA, 1996).

Do ponto de vista dos meios utilizados para transmissão de conteúdos e interação ensino-aprendizagem, a educação a distância no Brasil passou por cinco etapas (ou gerações), antes de chegar ao estado atual: a dos materiais didáticos impressos enviados pelos correios; a das diversas experiências radiofônicas; a das teleaulas e telecursos via canais fechados e abertos, públicos e privados de TV; a do ensino mediado por computador e pelas telecomunicações; e a contemporânea, que amalgama um pouco de cada uma dessas experiências anteriores em um ambiente multiusuário e multiplataforma.

A primeira experiência educativa por meio das ondas do rádio foi realizada de maneira informal, entre 1923 e 1925, por Edgard Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que transmitia ao vivo programas sobre literatura, radiotelegrafia e telefonia, idiomas e outros (KENSKI, 2010; ORLANDINI, 2012). Segundo Barbosa et al. (2014), o rádio tem sido o veículo utilizado por mais tempo em iniciativas de EaD no Brasil, desde a do Instituto Rádio-Técnico Monitor (criado em 1939); a Nova Universidade do Ar (Unar), lançada em 1947 pelo sistema Sesc-Senac, com a colaboração de emissoras de rádio; ou as teleaulas dramatizadas do Movimento de Educação de Base (MEB)¹, nos anos 1960.

O suporte televisivo começou a ser utilizado para EaD no início da década de 1970, com a produção experimental de telecursos para serem veiculados em TVs educativas do país. Mas desde 1968 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) já vinha trabalhando em um projeto ousado para as condições tecnológicas do país à época, o Projeto Saci – Sistema Avançado de

¹ Ver em: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>

Comunicações Interdisciplinares². O projeto tinha como meta maior a construção de um satélite de telecomunicações para aplicações educacionais, que acabou restrito à formação de um sistema nacional de tele-educação via satélite alugado (1973-1975) (PAIVA, 2013).

De acordo com Kenski (2010), o projeto do INPE foi seguido por outros dois de alcance nacional: o Sistema Nacional de Teleducação, lançado em 1976 pelo Senac, voltado para cursos profissionalizantes; e o Telecurso 2º Grau, criado em 1978, por meio de parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, visando ao ensino supletivo, depois rebatizado Telecurso 2000.

Vale lembrar, seguindo Paiva (2013, p. 275), que todas essas iniciativas faziam parte do projeto de modernização conservadora instaurado pelo regime civil-militar em 1964, que incluía “uma série de reformas no sistema educacional brasileiro”, com “orientações advindas dos acordos MEC/USAID³ e de instituições como o IPES/IBAD”, que foram decisivas para os experimentos em educação a distância, dentro da lógica de “integração nacional” do “Brasil grande”.

“Aos poucos, os métodos de transmissão de conhecimento foram se diversificando, como tele-educação via satélite, polos semipresenciais, universidade virtual, vídeo-educação e unidades centrais” (ORLANDINI, 2012). Em 1995, o Laboratório de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina (LED-UFSC) criou os sistemas dos primeiros cursos de especialização e de mestrado com uso de videoconferência, via internet, e metodologia própria, que seriam a base de uma universidade virtual no país.

TV educativa no Brasil: entre os interesses público e privado

Ao discutirmos o uso da televisão como instrumento de educação, tratamos também do objetivo pelo qual foi fundado o campo da televisão não comercial no Brasil. Seguindo a trajetória do rádio, a implantação da televisão nos anos 1950 marcou a continuidade do modelo privado-comercial no país. Paralelo a isso, o Estado brasileiro desenvolveu algumas iniciativas isoladas que contribuíram para a constituição de um conjunto de emissoras com missão de serviço público,

² Ver em: <https://www.educabrasil.com.br/projeto-saci/>

³ Referência à série de acordos assinados entre o Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency for International Development (USAID), que nortearam a Reforma Universitária implantada pelos governos militares, a partir de 1968, como detalha o verbete do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o tema, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid> (acesso em 31 jul. 2020).

como a Fundação Roquette-Pinto, no Rio de Janeiro, que atuavam de forma complementar ao sistema comercial, ofertando conteúdos voltados à educação e à cultura.

É a partir desse pressuposto que foi regulamentada a atuação das emissoras educativas, pelo Decreto-lei nº 236, de 1967, operadas por instâncias governamentais, universidades e fundações de interesse público. Tal modalidade educativa de rádio e TV nasceu atrelada a um projeto político dos governos militares voltado à alfabetização e qualificação profissional para atender às demandas do processo de industrialização. A estratégia de teleducação era, inclusive, incentivada por agências e organismos internacionais liderados pela Unesco (ROCHA, 2016).

Com esse objetivo, a Lei nº 5.198, de 1967, criou a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), órgão responsável pela produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa. Em 1973, a Fundação foi autorizada a operar um canal próprio, a TVE do Rio de Janeiro. A criação das primeiras emissoras educativas estaduais seguiu o mesmo objetivo de oferecer educação a distância através da televisão. A compra da TV Cultura do grupo de Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, e sua conversão em emissora educativa, em 1969, é um caso exemplar desse projeto de educação extraescolar. Nesse sentido, Leal Filho (1988, apud ROCHA, 2016, p. 68) ressalta que a TV Cultura foi reinaugurada com uma proposta ambígua, envolvendo “a necessidade de produzir programas de escolarização para as classes subalternas da sociedade, ao lado de um projeto cultural nitidamente voltado para as elites”.

Juntas, a TV-E do Rio de Janeiro e a TV Cultura de São Paulo foram responsáveis pelas iniciativas de organização de redes com outras emissoras educativas estaduais, tendo as suas programações retransmitidas em todas as regiões do país. Até os anos 1980, o modelo de televisão educativa no cumprimento da função educacional-formal, dedicada a produzir e veicular teleaulas, perdeu força. Gradativamente, as emissoras educativas deixaram de exibir teleaulas e passaram a ofertar, cada vez mais, programações generalistas, com programas jornalísticos e de entretenimento (ROCHA, 2016).

Passados mais de cinquenta anos desde a criação das primeiras emissoras educativas, o que se vê atualmente é um contínuo projeto de desmonte das estruturas de comunicação pública do governo federal. Tem destaque o caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, criada em 2007 com o objetivo de estruturar um sistema público integrado por emissoras educativas estaduais. Desde 2016, a EBC tem sofrido os efeitos das mudanças no cenário político,

relacionadas ao impeachment de Dilma Rousseff, e à ascensão de uma visão política neoliberal, marcadamente privatista, a partir do governo Michel Temer, aprofundada no mandato de Jair Bolsonaro.

Após mudanças na estrutura administrativa que prejudicaram a autonomia da EBC, ocorridas na gestão Temer, o governo Bolsonaro converteu a TV Brasil em emissora governamental ao fundir sua programação com a TV NBR, responsável pela divulgação dos atos do executivo. A mais recente medida do governo foi incluir a EBC no Programa de Parcerias e Investimentos, o que reforça o interesse do governo em privatizar a empresa pública (BRASIL, 2020b).

A orientação privatista também está minando o potencial inovador da multiprogramação da TV digital para expansão de canais públicos voltados para educação e cultura. Vale lembrar que o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) foi instituído no Brasil em 2006, pelo Decreto nº 5.820, trazendo a multiprogramação como um importante diferencial derivado da matriz japonesa. Esse recurso permite a oferta de até quatro faixas de programação a partir de um único transmissor. No entanto, seu uso só foi regulamentado pelo Ministério das Comunicações, através da Portaria nº 106, de 2 de março de 2012, ou seja, quase cinco anos depois que a TV digital entrou em operação no país, em 2007. O recurso foi autorizado para emissoras vinculadas diretamente à União ou outras emissoras públicas mediante a celebração de convênio para a partilha dos canais com órgãos, autarquias e fundações públicas, estaduais e municipais (BRASIL, 2012).

Agora, logo após o início da pandemia, o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020 estendeu o uso da multiprogramação da TV digital às emissoras privadas, desde que observada a finalidade de ofertar atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde, mediante parcerias com entes da administração pública (BRASIL, 2020a). A edição do decreto foi justificada pela situação de emergência de saúde pública de Covid-19 e tem prazo de validade de 12 meses. A autorização favoreceu a participação de radiodifusores privados, que foram habilitados a conseguir recursos públicos destinados à oferta de educação a distância no período de isolamento social. A medida ocorre no contexto da redução do faturamento publicitário de diversas empresas de comunicação, que sofrem os impactos do fechamento ou redução de setores da economia.

Desigualdades de acesso tecnológico para enfrentar a pandemia

No contexto da pandemia, o acesso às tecnologias de informação e comunicação tem sido um fator determinante para a oferta de educação não presencial. No entanto, tal preferência não leva em conta as condições díspares de acesso às diferentes plataformas passíveis de serem utilizadas no ensino remoto. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, apontam que enquanto apenas 41,7% dos domicílios tinham microcomputador, 96,4% tinham televisão. A pesquisa aponta que a internet era utilizada em 79,1% dos domicílios, mas com acesso preponderante por dispositivos móveis em 99,2% dos lares. O acesso por microcomputador ocorreu em somente 48,1% dos domicílios com internet.

Os dados da PNAD mostram que o acesso à internet está diretamente ligado ao nível de renda das famílias. Nos domicílios em que havia essa conexão em 2018, o rendimento real médio per capita era quase o dobro (R\$ 1.769) do rendimento dos que não utilizavam a rede (R\$ 940). No país, cerca de um quarto da população com dez anos ou mais (45.960 milhões pessoas) não havia utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa, realizada no quarto trimestre de 2018. A PNAD também sinaliza uma desigualdade entre as regiões quanto à utilização da internet. Enquanto no Nordeste (69,1%) e Norte (72,1%) há um menor número de domicílios que utilizam a internet, o Sudeste (84,8%), o Centro-Oeste (83,5%) e o Sul (81,1%) apresentaram melhores índices (IBGE, 2020).

Em junho de 2020, três meses após o início do isolamento social, o Instituto Datafolha elaborou um levantamento sobre a situação da educação não presencial nas escolas públicas de todo o país, com estudantes da faixa etária dos 6 aos 18 anos e uma amostra de 1.028 entrevistados, responsáveis por 1.518 estudantes.

Segundo o Datafolha, 74,4% dos estudantes participaram de algum tipo de atividade pedagógica durante a pandemia. Esse percentual foi menor no Norte (52%) e Nordeste (61%), maior no Sul (94%), Sudeste (85%) e Centro Oeste (80%). Quanto ao tipo de equipamento utilizado para acesso às aulas, com opção de mais de um por pessoa, 63% realizaram atividades via internet pelo celular ou computador; 35% acessaram videoaulas gravadas; 17% acompanharam aulas pela televisão, e apenas 1% pelo rádio. Dos 24% de estudantes que não receberam atividades durante a pandemia, 90% são alunos do ensino fundamental (DATAFOLHA, 2020).

No começo de julho de 2020, um levantamento do Portal G1 junto às secretarias estaduais de educação apontou que 25 estados e o Distrito Federal implantaram formas de ensino não presencial na educação básica, dos quais 15 monitoram a adesão dos estudantes ao ensino a distância. Os índices apontam que as aulas on-line não são acompanhadas por todos. Em Roraima e São Paulo, por exemplo, mais da metade dos estudantes não tem acesso às plataformas digitais de ensino. No estado do Piauí, 91% dos matriculados na rede estadual estão fora dessas plataformas. Em cinco estados o ensino on-line não chega a um percentual de 20% a 25% dos estudantes (G1, 2020).

Além de expor o acesso desigual à educação, esses levantamentos apontam para outro importante problema que deve envolver, sobretudo, os sistemas públicos de ensino no pós-pandemia, a evasão escolar. Essa é uma consequência indesejável do distanciamento do ambiente escolar e das alterações no processo ensino-aprendizagem, assim como de outros fatores que podem motivar a desistência do ano letivo. A possibilidade de evasão pode relacionar-se, inclusive, aos impactos da pandemia sobre a redução do nível de renda das famílias, o que deve contribuir para que crianças e adolescentes deixem a escola para se dedicar ao trabalho.

Os índices de evasão são um problema antigo dos sistemas de educação a distância no Brasil, raramente admitido ou enfrentado pelas instituições que atuam nessa modalidade, sejam privadas ou públicas. O último Censo do setor, realizado em 2018 pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2019), aponta para as altas taxas de evasão nessa modalidade de ensino, em que 83,7% dos cursos ofertados totalmente a distância têm índices de evasão de até 50%, sendo que 22,2% deles situam-se na faixa de 26% a 50%. Ressalte-se que 15% dos respondentes do Censo não informaram nada a respeito de evasão em seus cursos.

Atentos aos riscos de evasão, muitos estados brasileiros decidiram não cobrar a frequência de forma direta, e sim através da entrega de atividades pelos alunos, uma forma de não penalizar quem não teve acesso aos ambientes digitais de ensino-aprendizagem (PINHO, 2020). Já outros gestores públicos estão indo além, buscando soluções alternativas e inovadoras, que lancem mão de diferentes plataformas tecnológicas e midiáticas. É o que apresentamos a seguir.

Amazonas: aulas com mediação tecnológica, na escola ou em casa

Muito antes de passar por uma das mais graves manifestações da pandemia Covid-19 no país, o Amazonas já havia identificado a necessidade de desenvolver expertise na educação a distância, por conta da configuração do seu território, com extensas áreas de floresta e rios. Por isso o estado possui um programa sistemático de educação a distância levado a cabo pelo Centro de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam), implantado em 2007 como uma política de acesso à educação básica. Com aulas integradas aos ambientes virtuais de aprendizagem e transmitidas via satélite, o Cemeam consegue levar educação não presencial às regiões mais longínquas do estado e, ao mesmo tempo, suprir o déficit de professores de algumas disciplinas, com uma “educação inovadora e de qualidade, por meio das tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na interatividade” (AMAZONAS, 2020b).

No Amazonas, o sistema de EaD é denominado Ensino Presencial com Mediação Tecnológica e inclui a presença dos alunos em sala de aula, recursos de interatividade em tempo real e mídias planejadas para o desenvolvimento de aulas síncronas e assíncronas. As aulas são transmitidas ao vivo, diariamente, para todas as turmas simultaneamente, em horário regular, e contam com o auxílio de um professor presencial.

Por conta do domínio das ferramentas tecnológicas, o estado do Amazonas foi o primeiro a adotar o ensino a distância na rede pública logo após a suspensão das aulas, no início da pandemia. Em 20 de março o governador do estado, Wilson Lima, anunciou o programa Aula em Casa, que teve início no dia 23 do mesmo mês, em escolas estaduais e municipais. As aulas anteriormente transmitidas para as salas de aula conectadas, passaram a ser veiculadas em multicanais digitais da TV Encontro das Águas, emissora pertencente ao governo do estado e afiliada da TV Brasil (AMAZONAS, 2020a).

Com a parceria realizada junto à prefeitura de Manaus, o projeto passou a abranger também o Ensino Fundamental I, com um público-alvo estimado em 450 mil estudantes vinculados à rede estadual e às redes municipais de ensino. As aulas transmitidas também são disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Por conta da expertise acumulada pelo Cemeam, outros estados como São Paulo, Espírito Santo e Sergipe firmaram parcerias para a utilização dos conteúdos destinados à educação básica,

de nível fundamental e médio. Os conteúdos podem ser exibidos na TV aberta, rádio, sites e mídias sociais, de acordo com as propostas pedagógicas dos estados.

A experiência do Centro de Mídias do Governo de São Paulo

O estado de São Paulo possui uma histórica relação de uso da radiodifusão para fins educativos no país, dispondo da estrutura e expertise acumulados em mais de 50 anos de existência da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura.

No processo de implantação da TV digital, o uso da multiprogramação foi uma variável importante para a escolha do padrão nipo-brasileiro, o que representou uma oportunidade para a expansão da TV pública. Em 2009, a TV Cultura implementou a tecnologia com a criação de dois novos canais, o Multicultura e o Univesp TV, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo, uma das primeiras iniciativas de utilização da multiprogramação da televisão digital para a educação a distância no país.

Na pandemia de Covid-19, São Paulo concentra o maior número de casos de contágios e mortes, sendo o epicentro da doença no país. No estado, escolas públicas e privadas interromperam suas atividades presenciais em 23 de março, situação que impôs ao governo a necessidade de um plano para a retomada das aulas para os 3,5 milhões de estudantes da rede estadual. Em 3 de abril, o governo lançou seu plano de retorno com aulas mediadas por tecnologias, envolvendo a criação do Centro de Mídias da Educação (CMSP) e a TV Cultura Educação, que substituiu o canal Multicultura. A proposta inclui a produção e veiculação de aulas ao vivo e gravadas, além de outros conteúdos educativos disponibilizados através dos aplicativos do CMSP, portal na internet e da TV Educação e Univesp TV. As aulas foram oficialmente retomadas nessa modalidade em 22 de abril (SÃO PAULO, 2020).

Durante o lançamento do CMSP foi anunciada a contratação das principais operadoras de telefonia, para que alunos e professores da rede tivessem acesso aos conteúdos do Centro de Mídias através de redes 4G/3G de forma gratuita. Também foram realizados contratos com diversas organizações privadas envolvidas na oferta de tecnologia ou conteúdos de educação a distância, a exemplo da plataforma Google Sala de Aula, utilizada como AVA.

Uma reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 14 de maio, informava que após duas semanas oficialmente no ar, o aplicativo do CMSP havia sido acessado por 1,6 milhão

dos 3,5 milhões de estudantes da rede estadual paulista, ou seja, 47% do total de alunos matriculados (PINHO, 2020).

Outros modelos de ensino remoto: os casos de Salvador e do Distrito Federal

Sem a mesma experiência acumulada por Amazonas e São Paulo, alguns gestores públicos decidiram desenvolver seus próprios programas de educação a distância, incluindo a produção e veiculação de aulas pela televisão, a exemplo da prefeitura de Salvador e do governo do Distrito Federal.

Na Bahia, a prefeitura de Salvador optou por não utilizar a estrutura da emissora educativa estadual, a TVE Bahia, e nem mesmo o conteúdo disponibilizado pela TV Cultura no estado, para elaborar seu próprio projeto. Em maio de 2020, lançou uma plataforma virtual em parceria com a Escola Mais, especializada no ensino digital. No entanto, as dificuldades de acesso à plataforma definiram a necessidade de ampliar o alcance dos alunos através da televisão. Nesse sentido, contratou, por meio de licitação, a TV Aratu, afiliada do SBT, para produzir e exibir teleaulas pela TV digital por um período inicial de quatro meses. É importante destacar que essa medida só foi possível por conta do decreto presidencial que autorizou a multiprogramação às emissoras privadas.

As aulas remotas tiveram início em 30 de junho e são exibidas em dois multicanais digitais. Além da transmissão de aulas pela TV aberta, o prefeito de Salvador, ACM Neto, anunciou em 22 de junho, a licitação de uma operadora de telefonia para a oferta de chips 4G/3G para acesso exclusivo à plataforma Escola Mais (SALVADOR, 2020).

No Distrito Federal, onde as aulas presenciais foram suspensas em 12 de março, o governo criou o Programa Escola em Casa, para o retorno das atividades da educação básica aos mais de 500 mil estudantes por meio de webaulas, teleaulas e material impresso. A Secretaria de Educação (SEEDF) informa que nas três formas de acesso os conteúdos são os mesmos e estão sendo ministrados no mesmo ritmo (DISTRITO FEDERAL, 2020).

O programa Escola em Casa DF teve início em 22 de junho, mas o semestre letivo só foi oficialmente retomado em 13 de julho. Para ampliar o acesso à plataforma Google Sala de Aula, adotado como AVA, a SEEDF firmou uma parceria com a Universidade de Brasília, para o desenvolvimento do aplicativo que possibilita o acesso gratuito e ilimitado aos conteúdos da

plataforma. O objetivo é propiciar o contato mais próximo com os professores das unidades escolares de origem dos estudantes (BORGIO, 2020).

Para os estudantes que não têm acesso à plataforma digital, as teleaulas tiveram início em 6 de abril, transmitidas pela TV Justiça, emissora pública, e pela TV União e TV Gênese, emissoras privadas locais que exibem os conteúdos em horários alternativos (DISTRITO FEDERAL, 2020). As aulas exibidas pela televisão serão consideradas em seu valor pedagógico como meio de acesso dos estudantes ao conteúdo, mas a avaliação e atribuição de frequência serão realizadas mediante a entrega das atividades solicitadas pelos professores.

Considerações finais

Nos últimos 20 anos ocorreu um processo de remodelação dos sistemas de educação a distância, das estratégias baseadas na radiodifusão e na transmissão por satélite para os ambientes digitais multiplataforma. Mas esse processo não foi acompanhado da inclusão digital de forma igualitária, de modo que parte considerável da população brasileira se manteve à margem. Um dado que ressalta a dissociação entre a educação a distância e a radiodifusão está no fato de que o Censo EaD 2018 não faz nenhuma referência à “televisão”, “TV” ou “tevé”.

Movidos pela pandemia de Covid-19, projetos recentes de educação remota por meio da televisão digital representam uma retomada do uso da televisão como instrumento de educação, embora em um contexto bastante diverso daquele encontrado até os anos 1990. O desafio contemporâneo é possibilitar o acesso à educação a quem não dispõe de recursos para acessar as redes digitais. Como a internet não está disponível de forma regular a quase um quarto da população, a necessidade do ensino remoto durante a pandemia mobiliza gestores públicos a investirem em outras modalidades de ensino.

Inicialmente autorizada apenas para as emissoras públicas, desde 2008 a multiprogramação da TV digital tem sido utilizada, com êxito, para a disseminação de conteúdos voltados à educação, cultura e cidadania. Essa foi uma das principais contribuições da digitalização para as emissoras públicas, servindo de referência para as iniciativas de teleducação no período da pandemia. O uso do recurso representa uma importante aplicação da tecnologia e das estruturas de comunicação para o interesse público. Mesmo assim, vale destacar que o ambiente normativo brasileiro é

frequentemente atravessado pelo *lobby* de setores empresariais que têm o mercado de comunicação como campo estratégico.

É o que ocorre com a edição do Decreto 10.312/2020, que estendeu a multiprogramação às emissoras privadas, excepcionalmente autorizadas a operar subcanais para veicular conteúdos educativos e científicos. Com isso, as emissoras privadas foram autorizadas a pleitear recursos públicos destinados ao aluguel de canais e estrutura técnica para a produção e transmissão de teleaulas. Esse fato remete a uma discussão apresentada no texto sobre o uso do interesse público como argumento para justificar o atendimento de interesses privados. Aliás, o uso privado é uma característica marcante do modelo de radiodifusão brasileiro, criado e desenvolvido como negócio.

Na linha oposta à visão política neoliberal, de teor privatista, que domina o cenário político contemporâneo, o contexto da pandemia reforça a importância do Estado e do uso de suas estruturas como elementos fundamentais para o atendimento do interesse público, o que se refere também aos meios de comunicação.

Referências

ABED, Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EaD.BR 2018**: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019. 215p. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EaD_2018_PORTUGUES.pdf. Acesso em 23 jul. 2020

AGÊNCIA EFE. Unesco diz que metade dos alunos no mundo está sem escola devido a Covid-19. **Portal UOL**, São Paulo, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/03/18/unesco-diz-que-metade-dos-alunos-no-mundo-esta-sem-escola-devido-a-covid-19.htm>. Acesso em 25 jun. 2020.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Educação. **Governador Wilson Lima anuncia aulas em TV aberta**. Manaus: Secretaria de Educação, Centro de Mídias de Educação do Amazonas. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/noticias/governador-wilson-lima-anuncia-aulas-em-tv-aberta>. Acesso em 01 jul. 2020.

AMAZONAS (Estado). **Sobre o Centro de Mídias**. Manaus: Secretaria de Educação, Centro de Mídias de Educação do Amazonas. s/d. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/p/historico-portugues>. Acesso em 02 jul. 2020.

BARBOSA, Warley et al. Uma proposta para identificação de causas da evasão na educação a distância através de mineração de dados. **Anais da Escola Regional de Computação Bahia**,

Alagoas e Sergipe (ERBASE), 2014. Feira de Santana (BA): UEFS, 2014. Disponível em: <http://erbase2014.uefs.br/artigos/125801.pdf>. Acesso em 02 jul. 2020.

BORGO, Natalia. **App do Escola em Casa DF chega gratuitamente às lojas virtuais na semana que vem**. Brasília: Governo do Distrito Federal, Secretaria de Educação. 24 jun. 2020. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/app-do-escola-em-casa-df-chega-gratuitamente-as-lojas-virtuais-na-semana-que-vem/>. Acesso em 01 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020**. Amplia temporariamente o escopo de multiprogramação [...]. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.312-de-4-de-abril-de-2020-251139882>. Acesso em 23 jun. 2020. (a)

BRASIL. **Decreto nº 10.354, de 20 de maio de 2020**. Dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasil de Comunicação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos [...]. Diário Oficial da União: sessão 1, n. 96, 21 maio 2020. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/05/2020&jornal=515&pagina=2>. Acesso em 23 jul. 2020. (b)

BRASIL. **Portaria nº 106, de 2 de março de 2012**. Estabelece normas para utilização de multiprogramação [...]. Ministério das Comunicações. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/arquivos/legislacao-arquivos/portarias-ministerio/Portarian10602MAR2012Multiprogramao.pdf>. Acesso em 23 jul. 2020.

CGI, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras - TIC Educação 2019**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/indicadores>. Acesso em 03 ago. 2020.

COSTA, João Roberto Vieira da. **Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor**. São Paulo: Jaboticaba, 2006.

CPDOC FGV, Dicionário temático. Verbetes: **Movimento de Educação de Base (MEB)**, s/d.. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>

DATAFOLHA. Educação não presencial, onda 1. **Pesquisa Instituto Datafolha**. São Paulo, junho 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Datafolha-Educa%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-presencial.pdf>. Acesso em 07 jul. 2020.

DISTRITO FEDERAL (Governo). **Escola em Casa DF**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2020. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/escola-em-casa/>. Acesso em 30 jun. 2020.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In*: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

G1, Equipe. 60% dos estados monitoram acesso ao ensino remoto: resultados mostram 'apagão' do ensino público na pandemia. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/06/60percent-dos-estados-monitoram-acesso-ao-ensino-remoto-resultados-mostram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia.ghtml>. Acesso em 8 jul. 2020.

HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em 06 jul. 2020.

KENSKI, V. M. O desafio da educação a distância no Brasil. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora: UFJF, v.2, n.11, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>. Acesso em 25 jun. 2020

ORLANDINI, Romulo Augusto. EaD brasileira é marcada por união com meios de comunicação. **ComCiência** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 10 set. 2012. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=81&id=1001>. Acesso em 25 jun. 2020.

PAIVA, Marlúcia Menezes. As primeiras iniciativas da Teleducação no Brasil: os Projetos SACI e EXERN. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 271-293, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6631>. Acesso em 25 jun. 2020.

PINHO, Angela. Menos de metade dos alunos da rede estadual de SP acessa ensino online na quarentena. **Folha de São Paulo**, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/menos-de-metade-dos-alunos-da-rede-estadual-de-sp-acessa-ensino-online-na-quarentena.shtml>. Acesso em 06 jul. 2020.

ROCHA, Renata. Trajetória da televisão pública no Brasil: políticas, interseções e embates. *In*: SANTOS, Nádya Maria Weber; MORAES, Ana Luiza Coiro (orgs.). **TVs públicas**: memórias de arquivos audiovisuais. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 65-81.

SALVADOR (Prefeitura). **Salvador implanta pacote de medidas para educação durante pandemia**. Salvador: Secretaria de Educação, 22 jun. 2020. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/salvador-implanta-pacote-de-medidas-para-educacao-durante-pandemia/>. Acesso em 25 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Governo de SP lança aulas em tempo real por TV aberta e celular aos 3,5 milhões de estudantes da rede estadual.** São Paulo: Secretaria da Educação, Centro de Mídias da Educação de São Paulo. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-lanca-aulas-em-tempo-real-por-tv-aberta-e-celular-aos-35-milhoes-de-estudantes-da-rede-estadual/>. Acesso em 04 jul. 2020.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, v.16, nº 70, 1996. Brasília: Inep. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2383>. Acesso em 25 jun. 2020.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. *In*: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania.** São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 101-119.

^a Jornalista graduado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrando em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFS), com bolsa CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação Regional (GCR).

^b Doutora em Comunicação/Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado em Geografia Regional na Universidade Federal Fluminense(UFF); professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); coordenadora do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação Regional (GCR).

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.